



Teologia neoliberal: uma análise do “kit política” de Edições Vida Nova

Neoliberal theology: an analysis of the “political kit” from Edições Vida Nova

Geraldo Witeze Junior*

Joanildo Burity**

Resumo: Este artigo analisa publicações sobre política, economia e sociedade, traduzidas ou escritas originalmente em português, feitas por uma editora amplamente conhecida no campo evangélico brasileiro e sem qualquer tradição nessas áreas, as Edições Vida Nova. O trabalho visa a compreender tanto o contexto dessa produção e difusão literária quanto a lógica argumentativa das obras publicadas, situando duplamente o material analisado: no plano da conjuntura internacional e nacional; no plano dos debates a respeito da política evangélica contemporânea. A metodologia usada foi uma combinação de procedimentos de história das ideias e análise de discurso. Os resultados apontam para uma vinculação progressiva da editora ao neoliberalismo e ao neoconservadorismo, com a consequente rejeição do campo progressista como incompatível com o cristianismo.

Palavras-chave: Mercado editorial evangélico. Teologia Política. Edições Vida Nova. Neoliberalismo. Neoconservadorismo.

Abstract: This article analyses publications on politics, economics and society, translated or originally written in Portuguese, made by a widely known in the Brazilian evangelical publisher but without any track record in these areas, Edições Vida Nova. The piece aims to understand both the context of this literary production and dissemination and the argumentative logic of the published works, contextualising the analysed material in two ways: at the level of the international and national situation; in terms of debates regarding contemporary evangelical politics. The methodology combines procedures from the history of ideas and discourse analysis. The results show a progressive connection of the publisher’s line to neoliberalism and neoconservatism, with its consequent rejection of the progressive field as incompatible with Christianity.

Palavras-chave: Evangelical publishing market. Political Theology. Vida Nova Editions. Neoliberalism. Neoconservatism.

Introdução

A crise do capitalismo ocorrida em 2008 trouxe medos e esperanças devido às possibilidades de mudanças que carregou consigo. Rapidamente, muitos analistas passaram a

* Professor do IFG (Ananópolis-GO). Doutor em História (UFG, Goiânia-GO). ORCID: 0000-0003-2257-6951 – contato: geraldo.junior@ifg.edu.

** Doutor em Ciência Política (University of Essex, Inglaterra). Professor dos PPGs em Sociologia e em Ciência Política da UFPE (Recife-PE). ORCID: 0000-0002-2963-1979 – contato: joanildo.burity@fundaj.gov.br

preconizar o fim do neoliberalismo, com o consequente retorno da intervenção estatal e um maior controle sobre os mercados, como bem escreveram Pierre Dardot e Christian Laval (2016). Algumas medidas de governos nacionais ao redor do mundo pareciam também sinalizar para essa retomada de controle estatal sobre os excessos do mercado. No entanto, as expectativas do fim do neoliberalismo, do ressurgimento do estado de bem-estar social e da regulação do mercado financeiro, entre outras, não se cumpriram. O resultado a médio prazo da crise de 2008 foi o fortalecimento do neoliberalismo, com o aumento da desregulação dos mercados financeiros e sua crescente preponderância no capitalismo internacional. Isso ocorreu simultaneamente ao ressurgimento da extrema-direita no cenário internacional.

Essa nova direita, de acordo com Santos e Tanscheit (2019, p. 161), “resgata as dimensões autoritária e neoliberal que estavam adormecidas no debate público [...] e que apareciam em menor intensidade nas diversas disputas envolvendo as instituições políticas de um Brasil recém-democratizado”. Vários autores analisaram os vínculos entre as novas direitas do Brasil e dos Estados Unidos, estabelecendo parâmetros de comparação e mostrando a importação de discursos no sentido norte-sul (Delcourt, 2016; Rocha, 2019; Solano; Rocha, 2019; Souza; Finguerut, 2018). Assim, floresceram no Brasil sujeitos e grupos que se declaravam liberais na economia e conservadores nos costumes. Alguns autores abordaram, especificamente, a importação de teologias políticas como fundamento da nova direita cristã (Alencar, 2018; Løland, 2022).

As direitas foram se reorganizando ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e se manifestaram em nível nacional no ciclo de protestos de junho de 2013. Surgiram novos atores que articulavam novas e velhas pautas, desde grupos de centro-direita insatisfeitos com o domínio eleitoral petista até pessoas e organizações de extrema-direita que defendiam a ditadura e flertavam com o fascismo (Alonso, 2023). O impedimento de Dilma Rousseff (PT) e o governo de Michel Temer (MDB) foram uma transição. Tivemos então a eleição de Bolsonaro em 2018 e a implantação de seu antiprograma de governo, unindo neoliberalismo, neoconservadorismo, populismo e negacionismo com pitadas de tradicionalismo (Almeida, 2019; Burity, 2021b; Grupo de Pesquisa Discurso, 2020; Löwy, 2015; Solano, 2018b; Souza; Finguerut, 2018; Teitelbaum, 2020).

O apoio dos evangélicos a Bolsonaro é bem conhecido, ainda que não seja uniforme e haja algumas resistências (Abbud, 2018; Ballousier, 2019; Cunha, 2021; Passarinho, 2022). Ainda assim, esse grupo religioso diverso e plural se consolidou como uma das bases de sustentação do ex-presidente. Para além das discussões sobre o tamanho ou a intensidade do suporte evangélico a Bolsonaro, é importante notar que sua construção vem de antes das eleições de 2018. Não foi um raio em céu azul.

As relações entre os evangélicos e a política são múltiplas e variadas, mas é possível dizer que passaram por distintos momentos, numa sequência definida posteriormente. Esse processo corresponde, no que nos interessa mais de perto, a uma complexa emergência evangélica na cena pública brasileira, desde os anos 1980, em busca de um reconhecimento na definição da identidade nacional (como religião legítima) e na construção do novo povo da democratização (Constituinte, atuação parlamentar, participação nas coalizões eleitorais e governamentais a partir do governo Lula) (Burity, 2016, 2017, 2021a).

Ao longo desse processo, houve uma crescente profissionalização da atuação política, a partir de estruturas denominacionais bem montadas e na última década uma intensificação e diversificação na posse e no uso de mídias, convencionais e sociais. Isso veio junto com uma ampliação do número de vozes e perspectivas – ainda que o alinhamento em certos temas seja bastante significativo e estável. Por último, a entrada em cena de um movimento de radicalização à direita no campo evangélico gerou um campo de disputa intelectual (política e teológica) que se expressou na criação de *think tanks*, na promoção de inúmeras modalidades de formação de quadros e difusão de ideias, com repercussão direta no mundo editorial evangélico.

Para realizar a nossa análise, combinamos elementos da metodologia da história das ideias skinneriana (Skinner, 1996) com a teoria do discurso de Laclau e Mouffe. Assim, trabalhamos com uma perspectiva relacional e contextual de análise, atenta à multiplicidade de vozes e às disputas pelo sentido da posição bíblica referente à política, característica das pretensões de autoridade e influência do mundo evangélico. Em nossa leitura, consideramos três dimensões principais: 1) o contexto em que as obras foram publicadas; 2) a coerência e a coesão do “kit” como um todo; 3) a ordem das publicações.

Uma grande editora evangélica na política

A participação dos evangélicos na política começou muito antes das eleições de 2018, mas é possível afirmar que se intensificou significativamente com o advento e ampla difusão das redes sociais e com a conjuntura de crise pós-2013. Ainda precisa ser devidamente analisado o papel das redes sociais e aplicativos de mensagens e da própria mobilização da direita religiosa, que desaguou no bolsonarismo no contexto dessa politização da religião (Cunha, 2017, 2019; Fachin; Cunha, 2019; Machado, 2018; Solano, 2018a). São questões importantes, mas queremos destacar um aspecto que tem passado despercebido: o papel das editoras evangélicas na formação do pensamento político evangélico.

Costumeiramente, as editoras evangélicas brasileiras publicavam livros sobre as mais diversas áreas da pastoral e da espiritualidade cristã, tais como oração, discipulado, família, sexualidade, ética pessoal, teologia etc. As áreas de negócios e de motivação pessoal também tinham algum espaço, ainda que não fossem majoritárias¹. A política, por sua vez, não era tema de publicações, com pouquíssimas exceções. Isso mudou completamente na década de 2010, quando algumas editoras passaram a publicar livros sobre política. Destacamos aqui as Edições Vida Nova, conhecida no meio evangélico por suas publicações teológicas de tendência conservadora.

A partir de 2014, essa editora publicou diversos livros sobre política. Foram três lançamentos em 2014, seguidos de mais três em 2016, com cinco deles formando o

¹ Uma pesquisa nos catálogos de editoras evangélicas é suficiente para verificar os temas publicados. Como exemplos, destacamos as editoras Vida e Mundo Cristão, além da própria Vida Nova.

que a própria editora chamou de “kit política”². Em 2020, veio a público mais um livro, assim como em 2021, o que indica continuidade e, talvez, a consolidação de uma linha editorial nessa área. Todas as obras foram escritas por homens e apenas duas são de autores brasileiros.

A obra “Visões e ilusões políticas”, de David Koysis, abriu o caminho. O autor é doutor em governo e estudos internacionais pela prestigiosa universidade Notre Dame (Indiana, Estados Unidos) e foi professor de ciência política no Redeemer University College entre 1987 e 2017. Atualmente, é pesquisador de política no St. Georges Centre for Biblical and Public Theology (Burlington, Ontário, Canadá).

Koysis introduz a noção de ideologia como idolatria. Para tanto, traça um breve panorama histórico sobre a definição de ideologia e afirma que é “possível defender racionalmente a ideia de que o fenômeno conhecido como ideologia tem, de fato, origem na religiosidade idólatra” (Koysis, 2014, p. 27).

Em seguida, Koysis trata dos pré-requisitos para o surgimento de ideologias e explica que sentiu “a tentação de propor uma verdadeira equivalência entre ideologia e religião, mas talvez seja mais exato afirmar que a ideologia provém do comprometimento religioso (idólatra) de uma pessoa ou comunidade” (Koysis, 2014, p. 32–33). A idolatria seria a tentativa humana de substituir a revelação divina por algo criado pelos próprios seres humanos³. Para ele, “a maior parte das ideologias estudadas aqui se fundamentam numa única religião antropocêntrica, chamada humanismo ou, mais comumente, secularismo” (Koysis, 2014, p. 39).

A categorização de ideologia como idolatria é a base sobre a qual o autor constrói sua análise das principais ideologias políticas modernas. No entanto:

parece razoável que as ideologias e os seus adeptos tenham descoberto fragmentos da verdade que talvez nem os cristãos tenham conseguido enxergar. Na verdade, podemos defender a tese de que é necessário discernir o lado bom de uma ideologia antes de entender suas deformações (Koysis, 2014, p. 40-41).

Nessa perspectiva, a obra discute liberalismo, conservadorismo, nacionalismo, democracia e socialismo, reservando um capítulo para cada. O autor conclui que “o cristão não pode simplesmente aderir a uma ou várias dessas ideologias e defender seus programas”. Afinal, “o cristão, mais do que ninguém, deve ter condições de discernir corretamente a diferença entre a idolatria e uma estima mais moderada daquilo que é idolatrado” (Koysis, 2014, p. 229).

Após analisar as ideologias, Koysis propõe transcendê-las, o que corresponde a apresentar uma visão cristã sobre o assunto. Na conceituação do autor, isso não seria ideológico, já que não é idólatra. Trata-se de voltar a atenção para o que se considera a

2 O termo “kit política” não é mais usado, mas permaneceu durante alguns anos na parte dos kits promocionais da editora. No entanto, ao se buscar pelo termo política no site da editora, todos os livros que compunham o kit aparecem no resultado.

3 A rigor, essa própria compreensão já é uma extensão do sentido original, associado à adoração de outros deuses ou entes espirituais desde o olhar de uma fé monoteísta. O advento das ideologias na modernidade, com suas pretensões totalizantes e exigência de adesão e fidelidade incontestes é que levaria a uma associação entre ideologia e religião, embora não seja esta a linha de argumentação de Koysis.

cosmovisão cristã e suas soluções para os problemas contemporâneos, os mesmos que as ideologias apresentadas tentam resolver. Isso demonstra o caráter normativo da ideia de expressar uma visão (em princípio compatível com outras) ou cosmovisão (claramente posicionada como uma alternativa a outras, pré-definida em relação a essas). A alternativa cristã imaginada pelo autor é mais bem explicada num capítulo específico, que discute a doutrina social católica romana e, com mais destaque, as propostas calvinistas, especialmente do neocalvinismo holandês, cujos expoentes são Abraham Kuyper (1837-1920) e Herman Dooyeweerd (1894-1977) (Chaplin, 2011; Dooyeweerd, 2019; Kuyper, 2002; Ramlow, 2012).

Em 2014, também foi publicado “Estado e soberania: ensaios sobre cristianismo e política”, de Herman Dooyeweerd. O autor estudou direito na Universidade Livre de Amsterdã, onde também obteve seu doutorado em direito constitucional e atuou como professor entre 1926 e 1965. Essa obra é composta por dois ensaios, originalmente publicados de forma independente, acompanhados de um glossário elaborado por Albert Wolters, do Redeemer’s College. Ou seja, não era um livro, mas tornou-se um na edição brasileira.

Os tradutores Leonardo Ramos e Lucas Freire apresentam o contexto de produção da obra de Dooyeweerd. Mostram que, na segunda metade do século XIX, havia nos Países Baixos uma discussão sobre as características de uma política cristã. A rejeição às ideias revolucionárias, assim como às conservadoras e reacionárias, partia do entendimento, formulado pelo historiador Guillaume Groen van Prinsterer, de que ambas “tinham em seus pressupostos básicos uma confiança exacerbada no poder terreno” (Ramos; Freire, 2014, p. 18). Nesse ambiente político surgiu o movimento antirrevolucionário e, em 1881, foi criado um partido homônimo sob a liderança do teólogo Abraham Kuyper, que havia fundado um ano antes a Universidade Livre⁴ de Amsterdã, da qual foi reitor (Chaplin, 2011).

Dooyeweerd se baseou no pensamento de Kuyper, que pretendia:

restaurar a influência cristã na vida pública holandesa (...) instituindo uma estrutura constitucional e legal que reconhecesse os direitos iguais de todos os grupos confessionais ou ideológicos existentes – calvinistas, católicos, socialistas, liberais – de participarem da vida pública (Chaplin, 2011, p. 21).

Além disso, o princípio kuyperiano da soberania das esferas era central: “tipos distintos de instituições sociais (por exemplo, estado, família, escola, igreja) ou setores culturais (por exemplo, comércio, academia, arte) têm sua própria jurisdição limitada e definida pela natureza específica da ‘esfera’ em questão” (Wolters, 1985, p. 6). Assim, não haveria hierarquia entre elas e, por isso, o Estado não poderia interferir em seu funcionamento, a não ser em casos específicos e para protegê-las (Chaplin, 2011; Ramos; Freire, 2014).

O primeiro ensaio, “A ideia cristã do Estado”, afirma que “o cristianismo proclama um governo integral de Deus, em oposição à ideia pagã do Estado total e da mesma forma que a luz se opõe às trevas” (Dooyeweerd, 2014, p. 50). O autor se opõe

4 Livre do controle do Estado e da igreja (Chaplin, 2011).

explicitamente ao nazismo e ao fascismo, especificamente à sua concepção de Estado total. Para ele, a ideia cristã do Estado entrou em declínio por causa da contaminação pelo paganismo, que teria acontecido em Tomás de Aquino, nos humanistas cristãos e até mesmo em Lutero.

A solução seria encontrada num retorno à obra de João Calvino e sua defesa da soberania das esferas: “Deus deu a cada uma das esferas temporais da vida sua própria lei de acordo com sua vontade” (Dooyeweerd, 2014, p. 61). O autor se opõe a uma política descolada da revelação divina, mas também é contra o Estado estar a serviço da igreja. Para ele, a função fundante do Estado moderno é o monopólio da força, enquanto o Estado cristão seria baseado na soberania de Deus. Portanto, o Estado cristão se oporia tanto ao fascismo quanto ao liberalismo.

O segundo ensaio se chama “A disputa sobre o conceito de soberania” e começa com uma discussão sobre a história do conceito de soberania, a partir de Jean Bodin, com a ideia de que esta última significaria o monopólio sobre a criação da lei. Dooyeweerd vê uma oposição entre a ciência moderna e o ideal de liberdade e se opõe ao princípio de que o direito estatal deva abarcar tudo, já que “a doutrina da soberania do direito não pode se desvencilhar de uma definição da relação mútua da competência do Estado e da competência das demais esferas da vida. Afinal, qual das variantes do direito poderia corretamente reivindicar para si soberania?” (Dooyeweerd, 2014, p. 118).

De acordo com Dooyeweerd (2014, p. 120): “O poder legal jurídico [...] pode ser chamado de soberano, contanto que esse conceito de soberania seja imediatamente circunscrito ‘em sua órbita própria’”. A expressão “soberania em sua órbita própria” e a diversidade de esferas da vida servem para trazer à tona o conceito de esferas de soberania e expressar que apenas Deus detém a soberania plena. Assim, a soberania do direito estatal fica restrita ao campo jurídico, sem influenciar outras esferas, como a educação, a religião e a economia, por exemplo. Ou seja, o direito só influenciará outras esferas quando for invocado, mas não o faz diuturnamente.

Por fim foi lançado, em 2014, “A política segundo a Bíblia”, cujo subtítulo esclarece a pretensão universalizante: “Princípios que todo cristão deve conhecer”. O autor, Wayne Grudem, é professor de teologia e estudos bíblicos no Phoenix Seminary, (Arizona, Estados Unidos). Obteve o bacharelado em economia por Harvard, o mestrado em teologia pelo Westminster Seminary-Philadelphia, e o doutorado em novo testamento pela Universidade de Cambridge, Reino Unido. É um autor prolífico, tendo publicado mais de vinte livros, concentrando-se no campo da teologia, sendo mais conhecido por suas obras de teologia sistemática. Tem uma militância ativa no debate de gênero desde meados dos anos 1980, como cofundador e ex-presidente do Conselho sobre Masculinidade e Feminilidade Bíblica.

O próprio autor nos esclarece porque alguém com formação e experiência profissional no campo da Teologia resolve escrever sobre política: “Escrevi este livro porque tenho a convicção de que Deus pretendia que a Bíblia oferecesse orientação para todas as áreas da vida, inclusive no tocante ao modo como os governos devem atuar!”. Ele afirma, ademais, que apoia “posicionamentos políticos considerados mais ‘conservadores’

que ‘liberais’⁵ devido às suas “conclusões acerca do ensino bíblico sobre o papel do governo e de uma cosmovisão bíblica” (Grudem, 2014, p. 15).

A edição brasileira contém quatro capítulos que compõem, no original, a primeira parte da obra: o primeiro apresenta cinco visões sobre cristianismo e governo que o autor considera equivocadas; o segundo apresenta a solução, que seria a influência cristã expressiva sobre o governo; o terceiro expõe princípios bíblicos a respeito do governo; e o último apresenta uma cosmovisão bíblica. Essa é a base sobre a qual o autor construiu a sua crítica da sociedade estadunidense, mas que no Brasil aparece como os princípios básicos sobre cristianismo e política.

Na edição original essa primeira parte tem um quinto capítulo, não incluído na tradução brasileira, sobre os tribunais e o poder supremo em uma nação. A segunda parte, “Assuntos específicos”, também não foi traduzida e é composta por dez capítulos, cada um dos quais aborda um tema caro aos evangélicos conservadores dos Estados Unidos: proteção da vida, casamento, família, economia, meio ambiente, defesa nacional, política externa, liberdade de expressão e de religião, grupos específicos (minorias). A terceira parte, chamada de “Observações conclusivas”, tem três capítulos, sendo que apenas o último foi traduzido para a edição brasileira. Os dois inéditos no Brasil discutem o viés na mídia e a aplicação dos assuntos específicos às políticas aplicadas pelos democratas e republicanos na atualidade (Grudem, 2010, 2014). A editora optou por publicar apenas parte do livro alegando que o restante estaria umbilicalmente ligado ao contexto dos Estados Unidos e seria de difícil adaptação para o Brasil.

A tese de Grudem é explícita. Após rejeitar as visões de que o governo deva impor ou rejeitar a religião, de que todos os governos sejam perversos e demoníacos, que a igreja deva se dedicar ao evangelho, não à política, ou vice-versa, ele escreve: “os cristãos devem procurar influenciar o governo civil conforme os padrões morais de Deus e conforme os propósitos de Deus para o governo revelados na Bíblia (e devidamente compreendidos)” (Grudem, 2014, p. 77, grifo do autor). Grudem se expressa de forma categórica, propondo apresentar a visão da Bíblia sobre política, e não a sua interpretação do texto sagrado.

O “kit política” fica completo

Em 2016, foram publicados os outros três livros sobre os quais nos debruçamos. Dois deles foram escritos por Wayne Grudem em parceria com Barry Asmus (1942-2020). Asmus obteve seu doutorado em economia pela Universidade Estadual de Montana, atuou como professor universitário, mas se destacou como conferencista internacional, sempre defendendo o livre mercado. Por fim, também foi economista sênior no Centro Nacional de Análise de Políticas (National Center for Policy Analysis – NCPA), um *think tank* dedicado a propor alternativas privadas à atuação do Estado, que existiu de

5 “Conservadores” e “liberais” no sentido estadunidense. O uso político do termo liberal nos Estados Unidos equivale ao de progressista e se vincula geralmente ao Partido Democrata, sendo oposto a conservador, associado ao Partido Republicano.

1983 a 2017. Os principais temas sobre os quais o NCPA se dedicou foram: segurança nacional, saúde, impostos, aposentadoria e energia.

Asmus se associou a Grudem apenas na última década de sua vida. Publicaram alguns artigos e o livro “A pobreza das nações”, que foi endossado por diversas figuras dos círculos econômicos e teológicos conservadores dos Estados Unidos. Cinco desses artigos foram reunidos em “Economia e política na cosmovisão cristã: contribuições para uma teologia evangélica”, editado como livro apenas no Brasil.

O primeiro texto é uma adaptação dos dois capítulos iniciais de “Política segundo a Bíblia”, apresentado acima. A publicação de duas versões de um mesmo texto sugere que a editora endossa a posição do autor. Isso auxilia a nossa interpretação: a visão política de Wayne Grudem pode ser tratada como o eixo organizador do “kit política”. Os demais capítulos defendem o livre mercado, a propriedade privada e um papel reduzido do Estado, manifestam desconfiança da atuação do Estado, discutem a desobediência civil e tentam explicar como a cosmovisão cristã se manifesta nos negócios. Os temas abordados são claros: trata-se de uma abordagem neoliberal, bastante característica do pensamento econômico predominante nos círculos conservadores dos Estados Unidos, mas que é tratada como sendo apenas cristã – daí que possa e deva ser exportada para todos os cantos do mundo através de atividades missionárias ou de formação teológica.

O artigo “O papel do governo na regulação do mercado e a desigualdade econômica” defende o livre mercado com regulação mínima. Os autores fazem uma oposição binária entre livre mercado e estatização e, a partir daí, apresentam uma defesa bíblica do livre mercado, insistem que seus resultados são melhores e terminam garantindo que a desigualdade é algo natural (Grudem; Asmus, 2016b, p. 55).

No capítulo seguinte os autores defendem a participação de cristãos em “atos de desobediência civil, protestos públicos e tentativas de mudar o governo em situações específicas”. Eles mostram vários exemplos bíblicos e sintetizam a sua posição da seguinte forma: “De fato, as ações do povo de Deus nesses vários exemplos da narrativa bíblica parecem encorajar protestos semelhantes sempre que claros padrões morais da Bíblia estejam em risco” (Grudem; Asmus, 2016b, p. 59 e 64). Ou seja, os padrões morais do governo poderiam ensejar a desobediência civil, mas também tentativas de derrubar o governo.

Adiante, no quarto capítulo, os autores explicam a sua posição nos seguintes termos: “A mão invisível do mercado (...) produz ordem, harmonia, coordenação e diversidade”. E prosseguem:

Ao determinar o valor de um produto, o mercado é um *instrumento milagroso* de comunicação e um instrumento fantástico de opiniões. Ao estabelecer determinado preço resultante de milhões ou de bilhões de fornecedores e consumidores que interagem entre si, *o mercado* se torna uma ordem social espontânea e produtiva que é uma verdadeira *dádiva de Deus* (Grudem; Asmus, 2016b, p. 96, grifos nossos)

Uma vez que veem o mercado como algo milagroso, uma dádiva divina, não precisam apresentar evidências. Os autores apelam para um discurso fundador ou constituinte, no caso, a Bíblia, para legitimar sua posição. Essa afirmação é uma profissão de fé. As evidências empíricas e o debate teológico são deixados de lado, restando apenas a possibilidade de se aderir ou não a essa confissão.

Segundo os autores, o mercado é “*uma graça comum de Deus* pouco compreendida, mas nela reside uma das soluções para o progresso e a liberdade humanos” (Grudem; Asmus, 2016b, p. 96, grifo nosso). Convém destacar que a expressão “graça comum” é característica da teologia reformada, cuja influência se nota em várias partes do livro.

O texto de encerramento do livro se chama “Qual o risco para os negócios se perdermos uma cosmovisão cristã”. Os autores partem de uma leitura da “Ética Protestante” de Max Weber, afirmando que o pensador alemão sustentou “que a ‘ética protestante’ ainda se manifestava no ‘espírito do capitalismo’ presente na vida de norte-americanos que [...] não defendiam mais as crenças religiosas cristãs”. Defendem os princípios de recompensas e consequências, responsabilidades individuais e meritocracia, assegurando que a aliança entre a moral cristã e o livre mercado resulta no melhor mundo possível. E prosseguem, explicando que o comércio é uma forma de amar o próximo e que “os negócios são moralmente bons” (Grudem; Asmus, 2016b, p. 109). Por fim, atestam a bondade moral da propriedade privada e do trabalho produtivo, externando sua desconfiança do Estado, mas não das grandes corporações.

Essa visão do mercado é o alicerce do outro livro publicado pelos autores, “A pobreza das nações: uma solução sustentável”. Diferente do que ocorrera com “A política segundo a Bíblia”, nesse caso a obra foi publicada integralmente em português. Aparentemente, depois de ter sucesso com as publicações anteriores, a editora resolveu arriscar a publicação de uma obra mais volumosa⁶. Não apenas o título, mas o conteúdo da obra evoca o texto clássico de Adam Smith, “A riqueza das nações”, conforme a interpretação de Grudem e Asmus.

“A pobreza das nações” é uma espécie de manual para guiar os países na superação da pobreza. Aborda os alvos certos e errados a se perseguir, explica quais são os sistemas econômicos errados e, claro, defende o mercado livre como a forma de se alcançar a prosperidade. A partir disso, explica como funciona um mercado livre, quais são as suas vantagens morais, como o sistema econômico deve ser governado, quais são as liberdades essenciais e os valores culturais que levam ao crescimento econômico. Por fim, apresenta uma “Lista categorizada de fatores que capacitam a nação a superar a pobreza” (Grudem; Asmus, 2016a, p. 391–395).

Um elemento central do livro é o uso recorrente de citações bíblicas para embasar os argumentos. Os autores partem do princípio de que a Bíblia é a única regra de fé e prática da vida, inclusive do governo, e então apresentam a sua defesa do livre mercado. Assim, a autoridade do argumento se desloca dos autores para o texto sagrado, um recurso que evita maiores questionamentos daqueles que seguem as mesmas doutrinas. O livro contém um índice de passagens bíblicas para confirmar que os autores estão mesmo seguindo as escrituras.

Para Grudem e Asmus, o principal objetivo de um país deve ser produzir bens e serviços em maior quantidade, o que significa buscar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Esse crescimento levaria a nação a superar a pobreza, ainda que os autores não manifestem muita preocupação com relação à desigualdade e à persistência da

6 Ao que tudo indica, a estratégia de publicação foi bem-sucedida, pois a Vida Nova seguiu publicando livros extensos relacionados à temática, como *As chaves do Reino*, de Jonathan Leeman (2020).

pobreza, mesmo em nações ricas. Essa busca pelo crescimento do PIB é justificada a partir do relato da criação de Gênesis, em que Deus ordenou “que Adão e Eva explorassem a terra e aprendessem a criar produtos que ele havia colocado nela” (Grudem; Asmus, 2016a, p. 63).

Em seguida, explicam: “Esse é o processo que por fim resultou na criação de computadores e telefones celulares, casas modernas e prédios de escritórios, automóveis e aviões. Tudo isso é o que Deus queria que Adão e Eva e sua descendência produzissem quando lhes ordenou que ‘subjugassem’ a terra” (Grudem; Asmus, 2016a, p. 63). O sujeito moderno-capitalista seria a mais perfeita expressão da imagem de Deus. Aceitando essa argumentação, não haveria possibilidade de crítica à ordem neoliberal e sua parafernália tecnológica, cujos efeitos danosos à vida no planeta estão fartamente documentados (Marques, 2016).

Na ontologia de Grudem e Asmus, a “capacidade de criar é parte do que significa Deus nos ter feito ‘à sua imagem’ (Gn 1.27)”. Tendo sido criados à imagem de Deus, herdamos suas capacidades criativas, de modo que “Deus se agrada quando nos vê imitando a sua criatividade, criando bens e serviços a partir dos recursos da terra” (Grudem; Asmus, 2016a, p. 63). A criação do cosmos por parte de Deus teria, então, a sua contraparte no desenvolvimento capitalista das nações, movido por indivíduos que dedicassem suas habilidades para contribuir com o aumento do PIB.

Para concluir, os autores asseguram que “o ideal de Deus para nós não é que vivamos em cavernas, sobrevivendo somente com uma dieta de subsistência de castanhas e frutas silvestres, mas sim que descubramos e desenvolvamos os abundantes recursos que ele colocou na terra para nosso benefício e usufruto” (Grudem; Asmus, 2016a, p. 63-64). Trata-se, é claro, da construção de um espantalho, em contraste com a multiplicidade de formas de habitar a terra que as diferentes culturas em diferentes momentos foram capazes de desenvolver, inclusive contemporaneamente.

Não é possível nem necessário explorar aqui todos os exemplos desse livro, mas esse é importante para desnudar a forma de argumentação dos autores, que pode ser resumida nos seguintes pontos: 1) evocação da autoridade bíblica para confirmação de suas posições; 2) vinculação entre diversos textos bíblicos (em geral, utilizados de modo anedótico e descontextualizado) e os princípios do capitalismo liberal (assumido como forma anistórica de ordem social; se não já previsto no próprio texto bíblico, ao menos inteiramente compatibilizado com o mesmo); 3) omissão de outros textos bíblicos ou posições teológicas que possam confrontar essa interpretação e, sobretudo, de um tratamento histórico do mundo coetâneo aos textos bíblicos, bem como da autocompreensão dos escritores e culturas representadas nesses textos); 4) construção de uma caricatura para representar as posições que consideram opostas às suas.

Os autores defendem diversas outras ideias, tais como a comparação de um Estado nacional a uma família, aplicando aos países passagens bíblicas que originalmente se referiam ao comportamento de pessoas e comunidades familiares em sociedades clânicas. Além disso, criam uma oposição binária entre o capitalismo liberal e as demais formas de organização socioeconômica, especialmente o socialismo, mantendo ao longo da obra o clima da Guerra Fria. Assim, tudo o que é bom está vinculado ao capitalismo liberal e tudo de ruim resulta do afastamento dele.

Esses teólogos-economistas neoliberais insistem que “a solução da pobreza jamais pode ser meramente um mercado livre, uma propriedade privada, um Estado de direito, uma transparência governamental, uma ausência de suborno e corrupção, uma boa ética do trabalho ou educação de qualidade”. Isoladamente, cada um desses itens traria “algum benefício” mas, para “realmente desvencilhar-se da pobreza” seria preciso “buscar implementar o maior número possível dos passos recomendados” no livro (Grudem; Asmus, 2016a, p. 114)

Como é uma obra extensa, “A pobreza das nações” pode ser analisada de várias formas distintas. O que já foi dito é suficiente para mostrar a defesa do livre mercado feita por Grudem e Asmus a partir de bases teológicas, justificando os princípios liberais com citações bíblicas selecionadas e interpretadas desde essa ótica. No capítulo final, eles escrevem que para as nações pobres implementarem suas sugestões políticas e econômicas é preciso “persuadir seu povo a *mudar quaisquer crenças culturais e tradições* que estejam impedindo o *desenvolvimento econômico*. Se essas crenças e tradições forem substituídas por novas crenças que estimulem o crescimento econômico, a nação será transformada” (Grudem; Asmus, 2016a, p. 329, grifo nosso)

O último livro, publicado em 2016, é também o único escrito por um brasileiro: “Contra a idolatria do estado”, de Franklin Ferreira. O autor obteve o bacharelado em teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e o mestrado em teologia pelo Seminário Batista do Sul. É pastor da Igreja da Trindade e diretor do Seminário Martin Bucer, de linha reformada conservadora, ambos em São José dos Campos-SP, atuando também em outras frentes, como teólogo público nas redes sociais, articulista de sites e jornais como a “Gazeta do Povo”. Mais relevante para nós, porém, é saber que Ferreira é consultor teológico de Edições Vida Nova e se coloca publicamente no campo do conservadorismo .

A obra é composta por uma coletânea de artigos, publicados nas revistas “Teologia Brasileira” e “Fides Reformata”⁷, além de um texto reelaborado a partir de uma palestra apresentada na 30ª Conferência Fiel para Pastores e Líderes, realizada em 2014. O autor divide o livro em quatro partes, cada uma com dois artigos: nas duas primeiras, discute os fundamentos bíblicos e questões conceituais relacionados à idolatria do Estado, na terceira oferece direções teológicas e, na última, propõe aplicações práticas. Logo na introdução, somos informados de que: “O fio condutor é o repúdio à idolatria do Estado e a necessária resistência dos cristãos ao autoritarismo, especialmente ao totalitarismo” (Ferreira, 2016, p. 15). Assim, o autor usa a mesma terminologia de David Koosis, aplicando-a exclusivamente ao Estado.

O autor explica ainda que “uma das propostas deste livro é dissipar a suposição há muito arraigada em nossa cultura de que o conservadorismo ou o liberalismo são derivados ou ao menos parentes próximos do nazismo” (Ferreira, 2016, p. 18). Ele vai além e escreve que “o nazismo é que derivou do socialismo, ou pelo menos extraiu dele grande parte das ideias e impulsos que o geraram” e sustenta que “a natureza das ações nazistas e

7 Periódicos editados em formato acadêmico, com conselho editorial, mas sem revisão por pares. Ou seja, os textos ali publicados seguem a linha editorial das revistas, sendo mais de natureza expositiva e opinativa do que acadêmica.

socialistas assemelham-se, ainda que seja sistemas políticos adversários” (Ferreira, 2016, p. 19). Ferreira explicita seus pontos de partida, mas não apresenta suas bases.

Ferreira associa o socialismo ao culto do Estado e faz uma crítica limitada do capitalismo: “Quando o dinheiro deixa de ser apenas um meio e se torna um fim em si mesmo, passa a ser uma divindade e ocupa o lugar do único Deus (Mt. 6.24)”. Em seguida, afirma que “temos na Escritura uma condenação que, no contexto de hoje, dirige-se também ao capitalismo de Estado praticado pela esquerda, com sua adoração ao poder estatal” (Ferreira, 2016, p. 22). Essa ressalva na crítica ao capitalismo apenas confirma o propósito já explicitado de criticar o Estado.

“Contra a idolatria do estado” ressoa os slogans do neoconservadorismo e do neoliberalismo, na conhecida articulação entre ser liberal na economia e conservador nos costumes. Trata-se, além disso, de uma articulação de origem norte-americana, notabilizada a partir da era Reagan, mas as raízes mais imediatas de sua recepção no Brasil remontam à coalizão entre neoconservadores, neoliberais e direita religiosa (cristã e judia) em torno de George W. Bush e Donald Trump. Nenhuma das referências encontradas nas obras analisadas – sem falar nos próprios autores das mesmas – estavam presentes e no proscênio do debate teológico evangélico brasileiro antes da década de 2010. Não à toa, a produção traduzida é norte-americana.

O autor recomenda o livro “A política segundo a Bíblia”, de Wayne Grudem, apresentado acima. Isso nos dá indícios importantes sobre a natureza do “kit política” de Edições Vida Nova, mas também sobre a construção do argumento de Ferreira: trata-se de elaborar uma justificativa teológica para a adesão à desconfiança neoliberal do Estado, no contexto do embate ideológico que a direita religiosa brasileira desencadeou a partir dos anos 2010. A desconfiança do Estado é justificada a partir dos livros bíblicos de Ester e de Romanos. Depois de apresentar o livro de Ester, Ferreira conclui que “os que servem na esfera pública devem trabalhar para criar projetos de lei que estejam de acordo com a cosmovisão cristã [...] e devem se levantar contra leis e situações que contrariam a fé cristã” (Ferreira, 2016, p. 45).

Esse é um recurso tradicional da pregação cristã, transformado em método teológico: o texto bíblico se torna uma superfície de inscrição de uma leitura contemporânea. Essa leitura o alegoriza ou transforma sua materialidade (o texto em si) num suporte para uma dupla hermenêutica: uma que transforma a história religiosa hebraica em recurso teológico cristão (o apelo a uma cosmovisão cristã atribuído a um texto pós-exílico e pré-cristão, com uma historicidade própria); e outra que equipara os atos de dois personagens exilados tentando sobreviver em meio a uma corte imperial do Oriente antigo a atos de cristãos contemporâneos em posições legislativas (criar projetos de lei).

Esse recurso analítico tem profundo impacto numa cultura religiosa na qual espera-se sempre que a leitura ou a pregação da Bíblia (reconhecendo implicitamente a distância histórica, cultural e até teológica que separa o crente contemporâneo do seu texto sagrado) levem a uma aplicação concreta, que atualize o sentido e a compreensão do texto, ampliando os horizontes de vivência da fé do crente leitor/ouvinte da pregação.

Os políticos cristãos deveriam “trabalhar em prol da mobilização da população visando a reivindicações justificadas, especialmente aquelas que promovam a valorização da vida” (Ferreira, 2016, p. 45) É a mesma posição de Wayne Grudem. Novamente, a dupla

hermenêutica aparece na referência aos políticos cristãos, à população e à valorização da vida, termos não apenas modernos, mas, no caso do último, um *slogan* ideológico do conservadorismo contemporâneo (ligado ao debate antiaborto, especialmente, e ampliado, a partir dele, a uma pauta antissocialista e antiestatal).

Em sua interpretação de Romanos 1, Ferreira explica que os “poderosos em Roma e seus símbolos de autoridade” estavam “debaixo da ira santa do próprio Deus” (Ferreira, 2016, p. 61). O apóstolo dos gentios não estaria condenando as práticas pecaminosas que menciona explicitamente (vv. 24-31), mas sim criticando o Estado romano e o seu poder: “O que aprendemos, ao considerar toda a seção, é que os poderosos estão debaixo da ira divina” (Ferreira, 2016, p. 65).

Referindo-se ao capítulo 13 de Romanos, célebre pela defesa paulina da obediência às autoridades no contexto de um cristianismo judeo-gentio minoritário e perseguido, Ferreira entende que a submissão “aos governantes limita-se ao caso das autoridades legítimas”. E as autoridades seriam legítimas se recompensassem os que fizessem o bem e punissem os maus (v. 4). E para Ferreira o mal, no caso concreto do Brasil, é a alta taxa de homicídios e a “carga brutal de impostos sem nenhum retorno” (Ferreira, 2016, p. 79). Por fim, o texto de Romanos também é usado para defender que o Estado não deve ter poder total nem exigir culto.

A parte conceitual da obra oferece uma definição de esquerda e direita:

A esquerda pode ser definida como aquele modelo do espectro político em que há pouca ou nenhuma liberdade pessoal e econômica, em que o Estado ou partido ganha uma dimensão transcendente, agindo para estender seus domínios sobre todas as esferas da sociedade. Já a direita privilegia a liberdade pessoal e econômica e a garantia dos direitos individuais, sendo os limites o respeito à vida, à propriedade e à liberdade dos demais (Ferreira, 2016, p. 125-126).

Aqui encontramos o sentido geral da obra: para Ferreira, a esquerda é sempre autoritária e idolatra o Estado, enquanto a direita defende a liberdade e não se curva perante o ídolo do Estado. Assim, os leitores são instados a aderirem à nova direita conservadora e a repudiar qualquer associação com o campo da esquerda.

Contexto, coerência e coesão do “kit política”

Passamos agora a analisar o “kit política” em seu conjunto. Em relação ao contexto das publicações, não tivemos acesso ao planejamento da editora, mas sabemos que os livros foram planejados simultaneamente ao processo de emergência de uma nova direita no Brasil. As transformações políticas que vinham ocorrendo, com a articulação da nova direita brasileira, criaram um contexto favorável para a publicação de livros que se encaixam perfeitamente nos valores defendidos pelos grupos neoconservadores.

Como 2014 era um ano eleitoral, os primeiros livros do “kit política” podem ser vistos como orientados para alguma forma de intervenção política, afinal contêm

orientações sobre como os cristãos evangélicos⁸ devem se comportar nesse ambiente, bem como sobre quais ideologias políticas seriam defendidas ou justificáveis pela Bíblia. Não é tão importante saber se as obras tiveram impacto significativo quando foram publicadas. O essencial é perceber que sua disponibilidade para o trabalho formativo desde então indica claramente uma direção do campo evangélico conservador.

David Koysis tenta se posicionar de forma equidistante das ideologias políticas, mas introduz o tema da idolatria para caracterizar qualquer adesão a posições político-ideológicas que não sejam sancionadas pela cosmovisão bíblica. Já Wayne Grudem explicita a adesão tanto ao neoliberalismo quanto ao neoconservadorismo – ideologias que, afinal, caminham juntas desde a década de 1980, especialmente no contexto norte-americano. E, ironicamente, o faz de um modo que poderia ser considerado idólatra, segundo a perspectiva de Koysis. Mesmo assim, provavelmente, os alvos da crítica de Koysis, para os editores e leitores brasileiros, não seriam as opções abraçadas pela direita evangélica, mas apenas a esquerda, o socialismo e o Estado intervencionista.

Ao que tudo indica, a editora estava explorando as possibilidades do mercado editorial, a partir de uma mobilização interna de editores, assessores e influenciadores do campo conservador evangélico. Algo perfeitamente compreensível e legítimo, desde a ótica do campo em que atua e da natureza do negócio (editoras sondam e são pautadas, exploram potenciais de vendas e tendências favoráveis a certos temas). Seria melhor manter certa pretensão de neutralidade ou aderir explicitamente à nova direita emergente? Como não comprometer a reputação até então construída aventurando-se por um tema que jamais explorara?

A publicação das obras de Koysis e Dooyeweerd mostrava uma inserção aparentemente isenta no debate, mas o lançamento de “A política segundo a Bíblia”, de Grudem, já abria outro caminho. O fato de terem publicado apenas uma pequena parte do livro de Grudem em sua forma original sugere que os editores não estavam seguros quanto à possibilidade de se associar declaradamente com a nova direita ou a aposta de quem sugeriu a obra ainda precisaria ser testada por sua vendagem e circulação e pela recepção de seu conteúdo no contexto brasileiro.

O ambiente político brasileiro permaneceu tenso desde as eleições de 2014. Em 2016, quando foram publicados os demais livros do “kit política”, Dilma Rousseff tinha se tornado muito impopular e havia perdido o apoio da maioria no Congresso Nacional. Um esforço articulado da direita política com as principais mídias do país levou, como se sabe, ao seu impedimento. Com a consolidação do novo quadro político, em que a direita crescia a olhos vistos, colocando-se como alternativa de poder competitiva, e pululavam grupos e organizações autodenominadas conservadoras ou liberais, as Edições Vida Nova definiram seu caminho editorial.

Os dois livros de Grudem e Asmus, publicados em 2016, defendem tanto o conservadorismo como o liberalismo à moda estadunidense, numa direção que ali se define como neoconservadora, o que fora assumido como bandeira pela nova direita brasileira. O primeiro livro de Grudem, publicado no Brasil em 2014, continha apenas a primeira

8 Apesar de as publicações usarem apenas os termos cristão e cristãos, elas são claramente direcionadas ao segmento evangélico.

seção de sua versão original em inglês, sob a justificativa de que a maior parte não se aplicava ao contexto brasileiro, apenas aos Estados Unidos. Em 2016, essa justificativa não era mais necessária e “A pobreza das nações” foi traduzido e publicado integralmente. Já não havia tanta diferença entre os contextos do Brasil e dos Estados Unidos: suas direitas estavam alinhadas, o que o livro de Franklin Ferreira torna cristalino.

Os livros de 2016 também são de intervenção, pois pretendem conduzir os leitores a se alinharem à direita política. Suas pautas são claras: desconfiança do Estado, defesa do livre mercado e de pautas morais típicas dos conservadores dos Estados Unidos. Além disso, consolidam o princípio de que cristãos não podem se associar com a esquerda política, pois esse campo está permeado de princípios que vão contra os ensinamentos bíblicos. Em suma, os cristãos devem ser de direita. Aqui estamos muito distantes das tentativas de discussões equilibradas propostas por David Koysis, que retomamos agora para averiguar a coerência e a coesão interna do “kit política”.

Quanto à coerência e coesão do “kit”, advertimos que, ao analisá-las, não estamos debatendo com os autores, nem explorando cada obra em particular, mas o seu conjunto, que foi estabelecido pela própria editora. A ideia de “kit”, para além de um recurso de marketing editorial, indica no mínimo uma expectativa de que os leitores encontrem vínculos e correspondências entre os títulos componentes. Embora nada garanta isso, a coincidência entre o projeto editorial e a conjuntura de crítica aberta à esquerda que vigia no país, e a paulatina homogeneidade ideológica dos livros teológicos publicados pode ser vista como projeto, intento de intervenção político-religiosa no cenário evangélico brasileiro.

Como dito na apresentação de “Visões e ilusões políticas”, o livro defende que toda ideologia é uma idolatria. Desse modo, os cristãos poderiam apenas ter afinidades com cada uma delas, sem nunca aderir integralmente. Seria possível se colocarem como cristãos simpáticos ao conservadorismo, ao liberalismo, à democracia, ao socialismo e ao nacionalismo (ideologias abordadas por Koysis), notando que “há um bem da criação [divina] que seus seguidores corretamente valorizam” (Koysis, 2014, p. 227).

Se usarmos a tese de Koysis para analisar o próprio “kit política”, encontraremos sérias incoerências. Em vez da equidistância das ideologias políticas e de sua análise a partir de uma cosmovisão cristã, temos nas obras de Asmus, Grudem e Ferreira uma adesão praticamente irrestrita ao neoliberalismo e ao neoconservadorismo em seus próprios termos, como se houvesse uma homologia entre essas posições e a Bíblia. Como vimos acima, Grudem e Asmus sacralizam o liberalismo, enquanto Ferreira cumpre a função de demonizar o Estado. Para eles, diferentemente de Koysis, parece ser impossível encontrar na esquerda política qualquer elemento que possa ser associado aos valores cristãos.

Além disso, o espectro político tampouco parece ter lugar para outras opções intermediárias – sabidamente existentes, inclusive na forma das coalizões norte-americanas e brasileiras das quais a direita religiosa participou e participa ativamente, sem falar das posições liberais clássicas e de formas não liberais de inspiração religiosa, como a democracia cristã, que assumiram compromissos welfaristas, com base na ideia de subsidiariedade. Se pensarmos, por outro lado, apenas na perspectiva da crítica da ideologia como idolatria, que Koysis propõe, a coerência emerge, num sentido particular:

a idolatria se aplica às posições de esquerda e tratar a ideologia como idolatria permite criar uma ponte com uma categoria nativa ao campo eclesial a que se dirige, funcionando como uma propedêutica a um intento de prover uma alternativa a qualquer apropriação evangélica de discursos de esquerda.

É interessante notar que Dooyeweerd também trazia um questionamento importante à adesão acrítica ao liberalismo que encontramos nos outros textos do “kit”. Ele perguntou: “Será que ele [o calvinismo] se tornou atrativo e aceitável para o mundo porque, aos poucos, ele passou a ser identificado como um liberalismo com máscara cristã?” (Dooyeweerd, 2014, p. 43). Grudem e Asmus defendem exatamente isso, um “liberalismo com máscara cristã”, pois tentam justificar teologicamente a adesão a esta ideologia político-econômica. Não se trata aqui de concordar ou não com Dooyeweerd, nem de embasar nossa análise em seu texto, mas de apontar a lacuna de coerência interna do “kit política”, a despeito de sua aparente homogeneidade.

Além disso, Dooyeweerd repudia “todas as concepções políticas semicristãs que consideram que o caráter cristão do Estado consiste em seus vínculos com uma instituição eclesial (em termos gerais, isso é o que ocorre com todo grupo denominacional envolvido na política)” (Dooyeweerd, 2014, p. 53). Ora, essa é exatamente a tradição brasileira, primeiro com a associação entre o Estado e a Igreja Católica e, mais recentemente, com as igrejas evangélicas que se vinculam ao poder estatal, com pretensões de controlá-lo ou de exercer poder religioso por meio dele, o que ficou explícito nos governos Temer e, especialmente, Bolsonaro (já na campanha eleitoral e em diversas declarações suas como presidente). Também segundo Dooyeweerd:

A economia interna da relação estatal não pode, como tal, expressar-se como a estrutura de um negócio privado. Tampouco a comunidade social interna dentro da relação estatal (por exemplo, festividades nacionais, cerimônia pública, etc.) tomar a forma da comunidade social de um clã, ou de uma família, ou de uma associação (Dooyeweerd, 2014, p. 91).

Aqui temos um problema de incoerência no argumento neoliberal e da direita religiosa, apontado em outras discussões sobre o tema da governamentalidade neoliberal: o antiestatismo defendido por essas correntes só se aplica à tributação com vistas à produção de igualdade social e proteção ambiental via políticas públicas e legislação. Não se aplica ao uso do poder estatal para promover a pauta neoconservadora que protege o mercado (quer dos seus adversários, quer dos efeitos cíclicos de declínio ou fracasso de sua forma de regulação social).

A crítica de Dooyeweerd atinge, assim, a direita evangélica que, ao defender o livre mercado, pretende fazer uso do poder de Estado para promover o enfraquecimento das funções regulatórias do mesmo e para impor ao conjunto da sociedade uma pauta que se refere à “forma da comunidade social de uma associação” – a igreja cristã (tal como vista pela direita religiosa). O próprio recrutamento de Dooyeweerd pela direita religiosa para justificar sua política de apoio ao neoliberalismo e de imposição de uma cosmovisão cristã de valores tradicionais, baseada na ideia de que corresponderia à da maioria cristã, tem sido questionado em outros contextos (Friesen, 2018).

Considerações finais

Os liberais e a nova direita conservadora brasileiros, em sua aliança construída em reação aos governos petistas, exaltaram cada vez mais as virtudes do mercado como mecanismo de regulação social, mas associando esta posição a uma rejeição de grande parte das fórmulas de compromisso gestadas no pós-Segunda Guerra e consolidadas na linha do liberalismo social, da social-democracia, de segmentos da democracia cristã e de governos liderados por partidos socialistas e comunistas em alguns países ocidentais. Essa rejeição do consenso social do pós-guerra se dá num contexto de reação a transformações sociais, culturais e políticas que haviam produzido uma pluralização de formas de vida e uma politização de minorias – um processo que explica a própria emergência evangélica na sociedade e política brasileiras.

No contexto brasileiro, a disputa contra o lulismo e seu legado, a partir de 2014, assumiu cada vez mais formas aproximadas, ideológica e socialmente, da máquina de ressonância evangélico-capitalista das eras Bush e Trump, de que fala Connolly (2008, 2017). Com elas, a prática política da direita evangélica desenvolve conexões e uma tendência a investir em produção teológica para a disputa político-ideológica em curso. Embora não tenhamos explorado esse ponto neste texto, a produção editorial evangélica nas áreas da ética e da teologia políticas se ampliou notavelmente na última década. Se isto indica a necessidade de construir uma reflexão sobre a experiência das décadas anteriores – largamente ditadas por expedientes pragmáticos, vinculados essencialmente à disputa eleitoral e principalmente focados na ação legislativa (com irônica exceção da era Lula/Dilma, quando os evangélicos exerceram poder executivo nacional) – também sinaliza a intensificação da disputa ideológica no interior do campo evangélico, sobre a qual somente mais recentemente se começou a escrever (Burity, 2020, 2021a; Vital da Cunha, 2021; Vital da Cunha; Evangelista, 2019).

A sequência das publicações, por sua vez, deixa claro que as Edições Vida Nova assumiram, progressivamente, a defesa do neoliberalismo e do neoconservadorismo, tendo abandonado por completo qualquer tentativa de inserção isenta no debate teológico-político. Ao que tudo indica, abraçaram as posições de Grudem e Asmus, alinhando-se à direita conservadora e neoliberal. Ademais, a conceituação de Koysis de ideologia como idolatria é aplicada por Ferreira exclusivamente ao Estado, mas não ao mercado e nem às demais ideologias. Isso resulta numa crítica parcial e tendenciosa, como demonstramos acima.

Nessa crítica, que vê o Estado e a esquerda como inimigos do cristianismo, encontramos o sentido geral do “kit política” das Edições Vida Nova. É um conjunto de textos que oferece uma justificativa teológica para a adesão dos cristãos evangélicos ao neoliberalismo e neoconservadorismo da direita religiosa norte-americana. O “kit” se encaixa claramente em um movimento mais amplo de setores intelectuais e políticos do campo evangélico em direção à direita, coincidente com a própria cronologia das publicações, que culminou em seu apoio majoritário a Bolsonaro, tanto nas eleições quanto durante o seu governo (2019-2022). É, em suma, uma expressão de uma teologia neoliberal, que expressa e mobiliza em favor de uma política evangélica pró-capitalismo, a máquina de ressonância evangélico-capitalista brasileira da segunda metade dos anos 2010 em diante.

Referencias

ABBUD, Bruno. Como Bolsonaro se tornou o candidato dos evangélicos: É o sentimento antiesquerda que move a horda religiosa na direção do presidencialista. *Revista Época*, Online, 8 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>. Acesso em: 26 dez. 2022.

ALENCAR, Gustavo de. Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os discursos conservadores do “neocalvinismo” e as interlocuções com a política. *Teoria e Cultura*, [s. l.], v. 13, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12428>. Acesso em: 30 dez. 2022.

ALONSO, Angela. *Treze: a política de rua de Lula e de Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 185–203, 2019.

BALLOUSIER, Ana Virginia. Pastores se destacam entre líderes que orbitam governo de Bolsonaro. *Folha de São Paulo*, Online, 29 jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/pastores-se-destacam-entre-lideres-que-orbitam-governo-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 26 dez. 2022.

BAVINCK, Herman. *Princeton, Calvin and common grace*. Princeton: Princeton Theological Review Association, 1909.

BURITY, Joanildo. Authority and the In-common in Processes of Minoritisation: Brazilian Pentecostalism. *International Journal of Latin American Religions*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 200–221, 2017.

BURITY, Joanildo. El pueblo evangélico: construcción hegemónica, disputas minoritarias y reacción conservadora. *Encartes Antropológicos*, [s. l.], v. 3, n. 6, p. 1–35, 2021a.

BURITY, Joanildo. Minoritization and Pluralization: What Is the “People” That Pentecostal Politicization Is Building? *Latin American Perspectives*, [s. l.], v. 43, n. 3, p. 116–132, 2016.

BURITY, Joanildo. ¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? La coyuntura postimpeachment en Brasil. *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião*, [s. l.], v. 22, p. e020015, 2020.

BURITY, Joanildo. The Brazilian Conservative Wave, the Bolsonaro Administration, and Religious Actors. *Brazilian Political Science Review*, [s. l.], v. 15, n. 3, p. e0005, 2021b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212021000300702&tlng=en. Acesso em: 26 dez. 2022.

CHAPLIN, Jonathan. *Herman Dooyeweerd: Christian Philosopher of State and Civil Society*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press, 2011.

CONNOLLY, William E. Minneapolis, *Aspirational Fascism: The Struggle for Multifaceted Democracy under Trumpism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

CONNOLLY, William E. Durham, *Capitalism and Christianity, American Style*. Durham: Duke University, 2008.

CUNHA, Magali do Nascimento. “É preciso salvar a família”: gênero, religião e política no contexto do neoconservadorismo evangélico nas mídias no Brasil. In: VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna (org.). *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/Instituto de Estudos da Religião, 2017, pp. 157–169.

CUNHA, Magali do Nascimento. Os processos de midiatização das religiões no Brasil e o ativismo político digital evangélico. *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, [s. l.], v. 26, n. 1, p. E-30691, 2019.

CUNHA, Magali do Nascimento. “Pelo governo de Deus”: a inserção de novos movimentos fundamentalistas estadunidenses na arena política do Brasil durante o governo Trump. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, [s. l.], v. 23, p. e021022, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8670270>. Acesso em: 26 dez. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. São Paulo, *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL COURT, Laurent. Um TeaParty tropical: a ascensão de uma “nova direita” no Brasil. *Lutas Sociais*, [s. l.], v. 20, n. 36, p. 126–139, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/31852>. Acesso em: 30 dez. 2022.

DOOYEWEERD, Herman. São Paulo, *Estado e soberania: ensaios sobre cristianismo e política*. tradução: Leonardo Ramos; Lucas G. Freire; Guilherme de Carvalho. São Paulo: Vida Nova, 2014.

DOOYEWEERD, Herman. *No crepúsculo do pensamento ocidental: Estudo sobre a pretensa autonomia do pensamento filosófico*. [S. l.]: Editora Monergismo, 2019. v. 1

DORRIEN, Gary J. Louisville, *The Making of American Liberal Theology: Imagining Progressive Religion, 1805-1900*. Louisville: Westminster John Knox, 2001. v. 1

FACHIN, Patricia; CUNHA, Magali do Nascimento. Bolsonaro é o presidente que adere, sobe no altar e dá vazão a pautas de evangélicos. Entrevista especial com Magali Cunha. [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/592752-bolsonaro-e-o-presidente-que-adere-sobe-no-altar-e-da-vazao-a-pautas-de-evangelicos-entrevista-especial-com-magali-cunha>. Acesso em: 11 fev. 2020.

FERREIRA, Franklin. São Paulo, Brasil, *Contra a idolatria do estado: o papel do*

Cristão na política. São Paulo, Brasil: Vida Nova, 2016.

FIORIN, José Luiz. São Paulo, Elementos de análise do discurso. 15. eded. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

FRESTON, Paul. London, Protestant Political Parties: a global survey. London: Routledge, 2004. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781351908153>. Acesso em: 4 jan. 2023.

FRIESEN, Glenn. The Complicity of Reformational Philosophy with the Politics of the Religious Right. J. Glenn Friesen: Christian Nondualism. 13 ago. 2018. Disponível em: <https://jgfriesen.wordpress.com/herman-dooyeweerd/108-2/complicity/>. Acesso em: 23 out. 2023.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. ALFA: Revista de Linguística, [s. l.], v. 39, n. 0, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967>. Acesso em: 10 out. 2020.

GRUDEM, Wayne. São Paulo, Política segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve conhecer. tradução: Susana Klassen. São Paulo: Vida Nova, 2014.

GRUDEM, Wayne A. Grand Rapids, Michigan, Politics according to the Bible: a comprehensive resource for understanding modern political issues in light of Scripture. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 2010.

GRUDEM, Wayne; ASMUS, Barry. São Paulo, A pobreza das nações: uma solução sustentável. tradução: Lucas G. Freire. 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 2016a.

GRUDEM, Wayne; ASMUS, Barry. São Paulo, Economia e política na cosmovisão cristã: contribuições para uma teologia evangélica. tradução: Márcio L. Redondo; A. G. Mendes. 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 2016b.

GRUPO DE PESQUISA DISCURSO. O antídoto “coronafé”: A análise política do discurso negacionista de igrejas evangélicas. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-antidoto-coronafe-a-analise-politica-do-discurso-de-igrejas-evangelicas/>. Acesso em: 1 abr. 2021.

KNIGHT, John Allan. Liberalism versus Postliberalism: The Great Divide in Twentieth-Century Theology. [S. l.]: Oxford University Press, 2012.

KOYSIS, David T. São Paulo, Visões e ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas. tradução: Lucas G. Freire. 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 2014.

KUYPER, Abraham. São Paulo, Calvinismo. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

KUYPER, Abraham. Bellingham, WA, Common grace: God’s gifts for a fallen world. Bellingham, WA: Lexham Press : Acton Institute for the Study of Religion and Liberty, 2016.

LØLAND, Ole Jakob. As Condições Políticas e os Fundamentos Teológicos da

Nova Direita Cristã no Brasil. *Revista Antropológicas*, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 46, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/252866>. Acesso em: 30 dez. 2022.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, [s. l.], n. 124, p. 652–664, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400652&lng=pt&lng=pt. Acesso em: 26 dez. 2022.

MACHADO, Carly. Evangélicos, mídias e periferias urbanas: Questões para um diálogo sobre religião, cidade, nação e sociedade civil no Brasil contemporâneo. *Debates do NER*, [s. l.], v. 19, n. 33, p. 58–80, 2018.

MARQUES, Luiz. Campinas, SP, Capitalismo e colapso ambiental. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

MURPHY, Nancey. *Beyond Liberalism and Fundamentalism: How Modern and Postmodern Philosophy Set the Theological Agenda*. Harrisburgh, PA: Trinity International, 2007.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Campinas, SP, Análise de discurso: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). Campinas, SP, Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 1993.

PASSARINHO, Nathália. Como pensam evangélicas, que podem definir eleição para presidente. *BBC News Brasil*, Online, 11 maio 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61338823>. Acesso em: 26 dez. 2022.

RAMLOW, Rodomar Ricardo. O neocalvinismo holandês: autores e temas. *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*, [s. l.], v. 1, n. 0, p. 1701–1716, 2012. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/54>. Acesso em: 27 dez. 2022.

RAMOS, Leonardo; FREIRE, Lucas G. Introdução. In: *Estado e soberania: ensaios sobre cristianismo e política*. São Paulo: Vida Nova, 2014. p. 7–36.

ROCHA, Camila. “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. 232 f. Doutorado em Ciência Política – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/>. Acesso em: 30 dez. 2022.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia Internacional*, [s. l.], n. 99, p. 151–186, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0121-56122019000300151&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 dez. 2022.

SCHMIEDEL, Ulrich. The legacy of theological liberalism: A ghost in public theology. In: HÜBENTHAL, Christoph; ALPERS, Christiane (org.). T&T Clark

handbook of public theology. London: T&T Clark, 2022. p. 127–146.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOLANO, Esther. Crise da Democracia e extremismos de direita. *Análise*, [s. l.], n. 42, p. 1–29, 2018A.

SOLANO, Esther. Entendendo o Brasil atual: Polarização, guerras culturais e antipetismo. *Nueva Sociedad* (edición digital), [s. l.], n. Especial em Português, p. 48–60, 2018B.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (org.). *São Paulo, As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. 1a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SOUZA, Marco Aurélio Dias de; FINGUERUT, Ariel. Que Direita é Esta? As Referências a Trump na Nova Direita Brasileira Pós-Michel Temer. *Revista TOMO*, [s. l.], n. 33, p. 229–269, 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/9357>. Acesso em: 26 dez. 2022.

TEITELBAUM, Benjamin R. *Campinas, SP, Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. tradução: Cynthia Costa. 1. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

VAN TIL, Cornelius. *Common grace*. [S. l.]: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1947.

VITAL DA CUNHA, Christina. Irmãos contra o império: Evangélicos de esquerda nas eleições de 2020 no Brasil. *Debates do NER*, [s. l.], v. 21, n. 39, p. 13–80, 2021.

VITAL DA CUNHA, Christina; EVANGELISTA, Ana Carolina. Estratégias eleitorais em 2018: O caso das candidaturas evangélicas ao legislativo brasileiro. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, [s. l.], v. 16, n. 29, p. 87–100, 2019.

WOLTERS, Albert M. The intellectual milieu of Herman Dooyeweerd. In: MCINTIRE, C. T. (org.). *The legacy of Herman Dooyeweerd: reflections on critical philosophy in the Christian tradition*. Boston: University Press of America, 1985. p. 1–20.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. *Londrina, Religião e linguagem*. 1. ed. Londrina: Faculdade Teológica Sul Americana, 2016.

Submetido em: 30/10/2023
Aprovado em: 07/05/2024

Conflito de interesses: Nenhum declarado.

Editor responsável: Alfredo Teixeira.